

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dimensões da infância na história da educação

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Eliane Mimesse Prado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D582 Dimensões da infância na história da educação /
Organizadora Eliane Mimesse Prado. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-173-9

DOI 10.22533/at.ed.739211506

1. História da educação. 2. História. 3. Assistência. 4.
Infância. 5. Diálogo. I. Prado, Eliane Mimesse
(Organizadora). II. Título.

CDD 370.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

História, Assistência e Infância: um convite ao diálogo

Arlete Farge (2011) entende que a atualidade histórica provoca ao historiador novas interrogações e que “a disciplina se abre a outros caminhos, métodos e formas de exposição.” (FARGE, 2011, p.61). A atualidade que atravessamos no Brasil e no mundo, marcados pelo sofrimento de uma pandemia, nos obriga a pensar, escrever e nos entender na relação com o mundo. A pesquisa e os nossos esforços de estudo se abalam, não só pelas dificuldades conjunturais momentâneas, mas pelos sentidos que empreendemos nas relações humanas e na vida cotidiana.

A dor não é uma invariante, uma consequência inevitável de situações dadas; é um modo de ser no mundo que varia segundo os tempos e as circunstâncias e que, por essa razão, pode se exprimir ou, ao contrário, se recalcar, se expulsar ou se gritar, se negar ou arrastar outrem para ela. (FARGE, 2011, p.19)

A dor deste momento pandêmico – em terras brasileiras – dá dimensão coletiva a esta experiência da tragédia humana e da irresponsabilidade da esfera governamental federal por não agir em prol da proteção das crianças, dos jovens e adultos diante das consequências sanitárias e sociais que atravessamos. Mas, diante deste contexto, como tratar da pesquisa histórica, dos achados empíricos, enfim das análises que gravitam sobre infância? De pronto, faz-se necessário assumir que o investimento de horas a fio nos estudos sobre história da infância representa resistência e inventividade, demonstra nossa disposição em entender os fenômenos históricos e contemporâneos sobre a vida das crianças e suas experiências de infância.

O livro que tenho a honra de prefaciar se volta para muitas histórias que envolvem a dimensão da assistência, das memórias e práticas de oralidades nas comunidades de imigrantes, orientações católicas, debates jornalísticos, criação de instituições educativas para a primeira infância, casa do jornalista, enfim lugares e práticas diversas, nas quais, encontramos dimensões da infância na história da educação, conforme sugerido pelo título desta obra.

Um aspecto a destacar é a relação entre assistência, educação e infância. É recorrente perceber, na historiografia, uma dissociação entre estes campos de pesquisa e localizar estudos sobre história da assistência ou história da escolarização da infância sem pontas de diálogo ou ainda, não se reconhecendo imbricações entre estes fenômenos sociais. Neste livro, o leitor encontrará fragmentos de histórias que perpassam por estes dois campos, investigações que dialogam e apontam para a potencialidade dos nexos entre eles.

É também necessário reafirmar que os esforços que são empreendidos pelos pesquisadores em seus estudos individuais, depois partilhados em fóruns coletivos e associações científicas e, por fim, chega ao público mais amplo por meio da escrita em formato de livro, revela não só a devolutiva social do compromisso com a produção do conhecimento, mas a colaboração em fortalecer os espaços coletivos, de agremiação temática e profissional que sedimenta o campo que, sobre ele, estudamos e atuamos. A

história da infância e da juventude é fortalecida pelos investimentos feitos por meios das pesquisas divulgadas, mas nós - como pesquisadores e leitores - também nos alimentamos destas obras para entender melhor os fenômenos sociais e nos entendermos como sujeitos históricos.

Que os tempos estranhos atuais cedam lugar para novos desafios, perspectivas e sociabilidades e que os livros nos embalem e nos inspirem!

Gizele de Souza

REFERÊNCIA

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. [Coleção História e Historiografia]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	3
COM PIEDADE RUMO À FORÇA: A FILANTROPIA E AS CRIANÇAS POBRES NA OBRA DE BRONISLAW GEREMEK	
<i>Rafaela Paula da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115061	
CAPÍTULO 2	14
CRIAÇÃO DE CRÈCHES PARA FILHOS DE MÃES TRABALHADORAS	
<i>Eliane Mimesse</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115062	
CAPÍTULO 3	25
O QUE DIZEM OS JORNAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UM LEVANTAMENTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE OVIDE DECROLY EM PERIODICOS BRASILEIROS 1914-1935	
<i>Letícia Marques Borges Vilela de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115063	
CAPÍTULO 4	33
LÍNGUA DE HERANÇA E INFÂNCIA: MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE ORALIDADES NAS COMUNIDADES DE IMIGRANTES VÊNETOS NO PARANÁ NO SÉCULO XX	
<i>Elaine Cátia Falcade Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115064	
CAPÍTULO 5	45
ORIENTAÇÕES CATÓLICAS PARA A INFÂNCIA ÍTALO-BRASILEIRA DE CURITIBA E REGIÃO (1926 – 1965)	
<i>Mara Francieli Motin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115065	
CAPÍTULO 6	56
SOB A TUTELA DO ESTADO: A SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER NA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO (CURITIBA, 1960-1980)	
<i>Nicolle Taner de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7392115066	
SOBRE A ORGANIZADORA	69

INTRODUÇÃO

Este volume surgiu dos debates decorridos no XVII Encontro Regional de História da ANPUH Paraná, em novembro de 2020, no Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: histórias e historiografia. O primeiro evento a acontecer de forma totalmente virtual e, por esse motivo muito aguardado por todos. É certo que ninguém imaginava como se desenvolveria na prática tal evento, mas para surpresa geral, foi um sucesso. Recebemos o maior número de inscritos em nosso Simpósio Temático desde sua criação em 2014, excedendo o número máximo de inscritos e com vários participantes de outros estados. A quantidade de trabalhos inscritos e apresentados foi significativa, maior que nas versões presenciais. Afinal, o modo a distância tem relevância, quanto a participação destes colegas dos outros estados. Registra-se neste momento em que publicamos essa coletânea, que aguardamos ansiosos a volta da normalidade e dos encontros presenciais, e que essa situação pandêmica possa cessar.

Em todos esses anos tentamos a partir dos trabalhos apresentados nos encontros estaduais reunir um grupo, cada vez maior de pesquisadores, com novos olhares e novas perspectivas para estudar a temática da infância e da juventude. Buscamos estudiosos atentos às novas perspectivas de análise sobre a temática.

Se é verdade que a história só começa quando o historiador faz ao passado, em função de seu próprio presente, perguntas das quais os contemporâneos não poderiam ter a menor ideia, quem nos dirá – desde agora – qual inquietação, se esconde por trás dessa necessidade de acontecimentos, qual nervosismo implica essa tirania, qual acontecimento maior de nossa civilização exprime a colocação desse vasto sistema do acontecimento que constitui a atualidade? (NORA, 1988, p. 192)

Por esse motivo, é possível identificar que os textos reunidos neste volume abordam este aspecto da história, porque a partir da leitura de um autor que descreveu a história da pobreza em alguns países da Europa nos séculos da modernidade, Rafaela Paula pôde identificar os resquícios em seu discurso sobre a filantropia para a infância. Na leitura detalhada de periódicos dos séculos passados Eliane Mimesse e Letícia Marques restituíram as informações sobre as creches na cidade paulistana e as notícias sobre as práticas educativas de Jean Decroly na capital paranaense. Na verdade, o uso dos periódicos como fonte para pesquisa seria banal, mas o olhar das pesquisadoras alterou essa ação porque “tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma”, conforme citou Certeau (1988, p.30). O mesmo autor enfatizou ainda que os documentos que serão produzidos a partir da pesquisa poderão acabar alterando seu tempo, seu lugar e suas normas.

Para além dos periódicos as pesquisas fazem uso de outros documentos oficiais, mantidos em acervos governamentais, privados, religiosos, etc. É necessário buscar informações sobre legislações, ofícios, requerimentos, atas, anuários estatísticos, bulas, cartas, estatutos, relatórios, prontuários, entre outros. Mara Francieli recorre a modelos específicos de documentos eclesiais para identificar nuances da infância imigrante nas áreas coloniais próximas da capital paranaense; Nicolle Taner busca nos relatórios e prontuários institucionais indícios dos acontecimentos cotidianos que envolveram os

meninos órfãos que viviam em uma instituição profissional na cidade de Curitiba e, por esse motivo devemos atentar, ao processo de criação dos documentos.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho (...) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. (...) No limite não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1994, p. 547)

O papel do historiador é cruel. É o inquisidor dos documentos que usa como fontes primárias, seus únicos companheiros de sua longa jornada na pesquisa. Mas, existe a possibilidade de usar outros artefatos que contribuam com sua pesquisa e amenizem o trabalho nos arquivos. Uma possibilidade é a aproximação com a história oral, os sujeitos envolvidos podem ser entrevistados, essas entrevistas serão gravadas e depois transcritas. O rigor do historiador, neste caso, será apenas na elaboração do roteiro para os sujeitos envolvidos, nos momentos de gravação e de transcrição. Certamente, o grupo a ser escolhido para o desenvolvimento com a pesquisa de história oral, também deve ser levado em conta. É exatamente neste contexto que Elaine Cátia trabalha sua pesquisa, com o Centro de Estudos Vênets do Paraná. A partir das memórias dos adultos, a pesquisadora fez o resgate das ações e práticas desenvolvidas por essas pessoas quando eram crianças. A memória, como citou Le Goff (1994, p. 423) tem uma propriedade de “conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Com este volume o Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: história e historiografia no Paraná demonstra que têm envolvimento ativo de pesquisadores, a pretensão é colaborar com a difusão do conhecimento histórico sobre infância e juventude paranaense e brasileira.

REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Suzana F. Borges. 3.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 179 – 193.

CRIAÇÃO DE CRÈCHES PARA FILHOS DE MÃES TRABALHADORAS

Data de aceite: 19/04/2021

Data da submissão: 15/03/2021

Eliane Mimesse

Universidade Estadual de Maringá

Maringá – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/6813436323000287>

RESUMO: A criação das creches na cidade de São Paulo foi motivo de debates na imprensa. Objetiva-se explicar o surgimento das creches, como alternativa para abrigar as crianças muito pequenas, filhas de mães operárias. A passagem dos séculos XIX ao XX trouxe alterações populacionais, econômicas e políticas para a urbe. A fundamentação teórica baseia-se em Moura (1998) por apresentar o desenvolvimento da cidade e os vários povos que à ela recorreram, Cruz (2013) por evocar a cidade em seu progresso urbano e Prado (2020) por estudar as instituições de assistência, entre outros. As mães das classes mais baixas tinham necessidade de trabalhar. A mortalidade infantil apresentava taxas altas, melhores cuidados teriam como consequências maiores chances de sobrevivência. Foram fontes para essa pesquisa: periódicos *O Comercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*; a legislação e documentos diversos. Muitas reformas legislativas foram implantadas afim de seguir princípios da higiene e da ordem urbana. Concluiu-se que, os debates na imprensa sobre a criação das creches, colaboraram para elucidar a população sobre sua difusão.

PALAVRAS-CHAVE: Creches; Infância; História da Educação.

CREATION OF KINDGARDEN TO SONS OF WORKERS MOTHERS

ABSTRACT: The creation of kindergarten in São Paulo, started controversy. Their creation was to, solve problems, that the mothers could have with their sons. The passage of the centuries 19th and 20th, brought changes on the society, economy and policy. The theoretical foundation is based on Moura (1998) for present the development of São Paulo and the divers ethnic groups leave a mark on the city, Cruz (2013) for evoke the city on they urban progress and Prado (2020) for study the institutions of assistance and others. The mothers of low class, seek for kindergarten as a kind of shelter. The children mortality at the time had high rates, the existed of kindergarten bring more chances to the children survive. A lot legislative reforms were applied in order to follow better principles of hygiene and public order. Sources to this research were: periodicals *O Comercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*; the legislation and divers documents. Concludes that the debates bring by the press, could help change the popular idea of the purpose concerning kindergarten.

KEYWORDS: Kindergarten; Childhood; History Education.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo ao longo dos anos, atraiu moradores pelos mais variados motivos. Algumas dessas pessoas por não poderem mais viver em terras exauridas, outras por fugirem de algum tipo de peste ou por questões políticas dirigiram-se para a cidade em busca de trabalho. Em meados do século XVIII a vila colonial começou a ampliar sua população, as pessoas

chegavam da região dos antigos garimpos, quando “(...) os rendimentos foram minguando com o gradual desaparecimento do ouro de aluvião. Essa ‘invasão’ de São Paulo pelas famílias que desciam os rios Moji-Mirim, Sapucaí, Pardo e Grande ou que atravessavam a garganta do Embaú ou subiam o Paraíba” como citou Moura (1998, p. 7) de modo a localizar a procedência das pessoas que se deslocaram para a cidade. Eram os antigos garimpeiros, que antes trabalhavam nos leitos dos rios ou que viviam em seus entornos. No ano de 1792, no governo de Bernardo José de Lorena, ocorreu a inauguração do calçamento com pedras, de um trecho da Serra do Mar ligando o litoral ao planalto, era uma “via pavimentada (*local pelo qual*) as tropas desciam e subiam com segurança, levando açúcar para o porto e trazendo, serra acima coisas do litoral, do Rio e, sobretudo, de outros mundos, via Portugal”, Moura (1998, p. 7) descreveu essa passagem e demonstrou como o calçamento deste acesso, entre o porto e a cidade ampliou a comunicação e o fluxo de moradores.

A abolição da escravidão também foi motivo para ampliação da população urbana. Muitos fazendeiros, antigos proprietários de escravos ficaram sem seus escravos e precisaram reorganizar sua vida cotidiana, muitos deles rumaram para a cidade com suas famílias, para assimilarem o momento político e entenderem como deveriam agir perante a nova situação econômica. Reuniões com grupos de ex-proprietários de escravos foram marcadas para debaterem a nova situação política do país. Muitos favoráveis a abolição e muitos outros contrários, exigindo indenização do governo imperial. Não só os antigos proprietários mudaram-se para as cidades, como também a população de homens e mulheres livres, que estavam em busca de trabalho. As cidades concentravam várias atividades econômicas fabris que demandavam mão de obra variada.

Por volta de 1889 a cidade de Campinas foi atingida por um surto de febre amarela. Essa epidemia não havia, até então, ultrapassado os limites dos portos marítimos, como descreveu Moura (1998, p. 217) “(...) foi a cidade repentinamente evacuada por todo mundo que pôde, e sem medir sacrifícios de qualquer espécie. Famílias inteiras, comerciantes, industriais, fazendeiros, sitiantes etc. trataram de abandonar suas confortáveis moradias.” Um grande grupo de pessoas chegou à cidade de São Paulo, em busca de locais para hospedarem-se, o centro tornou-se repleto de estranhos. Era necessária a construção de novos edifícios para abrigar os visitantes, porque os que existiam não eram suficientes para recebê-los.

A expansão demográfica ocorreu aos poucos, mas sem a devida estrutura física, causando entraves no cotidiano. As chácaras que existiam nas redondezas da área central foram tornando-se loteamentos e urbanizando-se. Cruz (2013, p. 45) indicou as chácaras que estavam próximas do centro “a Chácara das Palmeiras transformou-se no bairro de Santa Cecília; a do Carvalho, na Barra Funda e no Bom Retiro; a do Campo Redondo, nos Campos Elíseos; a do Bexiga, na Bela Vista.”

Ainda no século XIX persistia um discurso de que a cidade traria riquezas a quem viesse nela se estabelecer. O mesmo discurso divulgado pelos escritos do século XVI sobre as fortunas da cidade e de sua população, que invocava olhares e cobiça.

A cidade de São Paulo e seu distrito, localizados na região mais recôndita do Brasil, é o que se pode verdadeiramente denominar de país da Cocanha. Todo estrangeiro que por lá passa, por mais miserável que seja, é sempre bem-recebido. (...)

A riqueza dos paulistas vem de um rio que atravessa a região – tão rico a ponto de permitir que prestem auxílio a todo e qualquer miserável que busque socorro na região. Para tal, basta que retirem um pouco da areia desse rio e recolham o metal nela misturado. O ouro extraído é mais que suficiente para as necessidades, e ainda sobra para pagar o quinto ao rei. (FRANÇA, 2012, p. 420)

Essas anotações constavam nos relatos de viagens de dois missionários capuchinos, Michel Ângelo de Guattini e Dionigi de Carli, que estiveram de passagem pelo Brasil no século XVII, mais exatamente em 1651 e, apesar de não chegarem a conhecer a cidade de São Paulo, escreveram sobre ela em suas cartas enviadas para a Europa. Como comentou França (2012) essas cartas foram organizadas por Dionigi de Carli e publicadas em formato de livro com quatro edições em italiano, inglês, alemão e francês todas no século XVII.

Os missionários compuseram os relatos da cidade a partir do que ouviram falar a respeito. Porque no trajeto de ida para o Reino do Congo estiveram em Olinda e Pernambuco e, na volta ancoraram no porto da Baía de Todos os Santos. E, suas descrições perduraram no imaginário popular desde a publicação das cartas no século XVII. E, puderam ser revistas no século XIX, quando grupos de imigrantes desembarcaram em Santos, na busca da Cocanha descrita pelos missionários duzentos anos antes.

Muitos desses europeus desembarcados, tinham como destino as fazendas de café no interior do estado de São Paulo. Uma parcela deles permaneceu na cidade em busca de trabalho, muitos foram para as fazendas. Mas, após um curto período de permanência na lavoura, alguns retornavam para a cidade e optavam pelo trabalho nas fábricas. O fluxo de imigrantes do interior para a cidade era grande.

Cruz (2013, p. 46) explicou que “muitos dos mais de 750 mil imigrantes entrados no estado entre os anos de 1886 e 1899 estabelecem-se na cidade”. Pereira (2010, p. 20), indicou que na cidade de São Paulo a população era por volta de 28 mil habitantes em 1874, atingiu um total de 477.992 em 1914. A produção e exportação do café tornou a cidade um lugar de convergência aos interesses mais variados. Impondo-se no cenário político-administrativo, assumiu espaço nas questões econômicas, “estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial.” O crescimento econômico conduziu à expansão da área demográfica e imobiliária. O mercado movimentou-se pela exportação do café, em meados de 1870 até os anos de 1920 a cidade esboçava “os contornos de metrópole”.

Quando refere-se a quantidade de imigrantes na cidade Cenni (2003, p. 327), citou uma passagem sobre um visitante que chegou à cidade no ano de 1902: “Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões”. Outro visitante, este um jornalista português, comentou ao chegar à estação de trens no bairro da Luz: “Encontramo-nos a cogitar se por estranho fenômeno de letargia, em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio”. Esse comentário, ainda segundo Cenni (2003, p. 327),

era em função do excesso de cocheiros de tálburis vindos da mesma região da península itálica, a Campânia e, sua dificuldade em se comunicarem em língua portuguesa. Sendo assim, como explicou Biondi (2010, p. 24), a cidade paulistana fez parte de uma situação singular, transformou-se, “durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho.”

As fontes utilizadas para compor este estudo pautaram-se principalmente em documentos, periódicos e legislação. Quando faz-se uso de documentos oficiais sempre são necessárias várias leituras para entender porque foram escritos, qual seu intuito, quem os produziu, quais os motivos e para quem. Respondendo essas questões, ou algumas delas, será possível entender melhor o contexto no qual foram escritos. Como escreveu Certeau (2002, p.82) “não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora para determinado uso”.

Na pesquisa com os periódicos *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano* dos anos finais do século XIX e início do século XX a análise foi apenas uma coleta de informações detalhadas, porque os repórteres narravam os fatos. As notícias eram uma relação de acontecimentos, muitas vezes bem detalhados, com nomes, endereços, parentesco, local de trabalho, motivos do acontecimento e outros assuntos que poderiam ajudar o leitor a entender a situação. Segundo nos informou Luca (2005, p.138) essa descrição de fatos nos jornais predominou até os anos de 1950, a pretensão era “consagrar-se a ideia de que o jornal cumpria a função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a ‘verdade dos fatos’”. Claro que periódicos críticos existiram, com tiragens variadas que expressavam suas opiniões para o público, como o *Avanti!* ou *Boletim da Escola Moderna*, entre muitos outros.

Alguns dos periódicos abriram espaço para seus diretores escreverem os editoriais e neste local organizaram-se debates, defendendo a opinião da população sobre determinados assuntos. Um deles que tomou corpo, foram os apelos da sociedade por melhorias nas *crèches*. Um exemplo é a carta publicada pelo *O Commercio de São Paulo*, que liderou uma campanha em apoio à abertura de *crèches* para as mães operárias na cidade de São Paulo no ano de 1895.

O diretor desta folha acaba de requerer ao sr. Ministro da Fazenda para serem despachados na Alfândega de Santos, livres de direitos, alguns berços e outros utensílios de uso domestico que foram encommendados em Inglaterra para a installação das *crèches*. (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 18/10/1895, p. 1)

2 | DEBATES SOBRE A CRIAÇÃO DAS CRÊCHES E A AMAMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS

Pela quantidade de trabalhadoras que a cidade recebeu durante os anos do século XIX, um local para abrigar as crianças muito pequenas seria bem vindo para as mães

dessas crianças. As *crèches* foram criadas para receberem os filhos - bem pequenos - dessas mães, que não tinham outras pessoas que pudessem assumir essa função. Era o local aonde poderia ser recolhida a criança “durante certas horas do dia, e que pode ser dirigida por qualquer velha bondosa, ou ama secca” *O Estado de S. Paulo* (09/01/1897 p. 1), como escreveu Gabriel Prestes, articulista do jornal formado pela *Escola Normal de São Paulo*, chegou a ser diretor desta mesma *Escola*, criou em seu mandato o Jardim da Infância.

Apesar dos comentários da imprensa sobre as *crèches*, um médico que manteve uma coluna no *Correio Paulistano* por vários meses no ano de 1902 apresentou sua opinião a respeito, comparava o Brasil com a Europa, e dizia:

Em diversos países da Europa grande número de *crèches* são destinadas a receberem durante o dia crianças cujas mães não podem ocupar se com ellas, durante esse tempo, devido á necessidade que têm de entregar-se ao trabalho em alguma officina.

Aqui no Brasil, não há necessidade, em tão larga escala, de *crèches* destinadas a receber as crianças sómente durante o dia, porque geralmente o operario das nossas fabricas ganha o sufficiente para poder conservar em sua casa mulher e filho o tempo necessário para completar a amamentação. (CORREIO PAULISTANO, 17/02/1902, p.2)

Na França as crianças pequenas tiveram seu lugar reservado desde o início dos debates, a *crèche* foi difundida com um contexto assistencial e cultural em todos os meios. Foram criadas *crèches* em capitais e em cidades pequenas, em benefício dos mais necessitados. A criação das *crèches* francesas repercutiu na Itália e na Rússia, como esclareceu Caroli (2020). Os intelectuais e médicos passaram a debater os benefícios de criação das *crèches* em congressos internacionais e nacionais para atingir essa população e reduzir a alta taxa de mortalidade. A população de pessoas pobres era muito grande e, por consequência as crianças pequenas sofriam com a condição econômica de seus pais, neste caso as *crèches* poderiam ser vistas como uma forma de “salvação para a infância”. Caroli (2020, p. 24) argumentou que as *creches*, denominadas de *presepe* na Itália, foram a solução para as famílias, por permitirem que as mulheres trabalhassem. Na Itália do século XIX, com a unificação do país, os *presepi* foram se tornando comuns nas localidades, seu funcionamento foi regulamentado, de modo a colaborarem com a redução da mortalidade infantil e com o abandono dos mais frágeis.

Nos jornais da cidade de São Paulo eram muitas as opiniões dos médicos e outros colonistas que circulavam sobre as *crèches*, esse era o assunto em pauta. A imprensa tratava do tema para esclarecer seus leitores, uma matéria d’*O Estado de S. Paulo* (08/04/1904, p. 4) que discorreu sobre as *creches*, apresentou os defensores e os opositores desta nova instituição, esses últimos entendiam-nas simplesmente como “túmulos das crianças” [...] “desde que sejam bem organizadas, dirigidas e localizadas”. Porém, continuava o narrador, se forem bem organizadas poderão prestar grandes serviços, às mães operárias ou empregadas, que eram obrigadas a trabalhar, fora de suas residências. A *crèche* poderia receber as crianças e as manter com o aleitamento misto ou artificial, outro ponto em debate - teria de seguir regras rigorosas de higiene infantil. Essas instituições

deveriam manter baixa lotação e difundir-se por toda a cidade, próximas as fábricas e, seria indispensável um acordo legal para as mães ausentarem-se e servirem seus filhos, o que poderia desestimular o aleitamento artificial, e que muitos médicos defendiam como meio de ampliar a quantidade de sobreviventes na tenra idade.

Os debates médicos da época consideravam que o aleitamento artificial não era benéfico para as crianças e, seria um dos indicadores da alta taxa de mortalidade infantil. O médico que mantinha a coluna *Opiniões* no *Correio Paulistano* (10/02/1902, p. 2) abordou questões sobre os debates higiênicos, os cuidados com os bebês, o aleitamento, as *crèches*, a alimentação, o vestuário infantil, entre outros. Quando tratou do aleitamento natural, preocupou-se com as crianças que ficavam separadas de suas mães, porque estas estavam no trabalho.

A ama de leite acabou por popularizar-se e tornar-se uma profissão urbana em determinado momento. As mulheres das classes mais altas consideravam ter amas de leite em suas casas para não precisarem depender de seus filhos. Mas, essas amas deixavam seus próprios filhos com outras mulheres que os alimentavam mal e aumentavam os números das estatísticas da mortalidade infantil. As mulheres operárias que tinham filhos pequenos seguiam o mesmo caminho, muitas vezes perdendo seus rebentos. Barbieri e Couto (2012) classificaram as amas de leite em dois tipos: as que eram contratadas para trabalharem nas residências das famílias, amas internas e, as que recebiam as crianças em suas casas, amas externas. O que ocorria com a maioria das crianças era o consequente aumento na taxa da mortalidade infantil, proporcionado pela convivência com as amas externas. Invariavelmente, as condições de higiene com as quais se encontravam não condiziam com a situação ideal para a manutenção de uma ou mais crianças recém-nascidas.

Mota (2005) esclareceu que, a mortalidade infantil acontecia, principalmente, por doenças gastrointestinais. Quando incidia o aleitamento artificial o bebê ingeria o leite contaminado, porque não existia uma higienização adequada para a venda do produto ao consumidor, além de doenças que as vacas apresentavam e eram negligenciadas por seus criadores. Os problemas se concentravam na ingestão do leite, nas consequentes desintérias e na mortalidade dos pequenos.

Apesar da difusão da prática da mamadeira de “leite de vaca misturado com água terço ou quarto, levada ao banho-maria a temperatura de 32 graus”, descrita pelo médico na coluna do *Correio Paulistano* (10/02/1902, p. 2), o leite ainda era ingerido sem fervura. Mas, se o animal estivesse contaminado a fervura não seria a solução, a mortalidade teria como causa os problemas gastrointestinais que permaneciam. E, ainda, tínhamos grupos de médicos favoráveis a prática das mamadeiras e contrários ao uso das amas de leite; ao mesmo tempo que debatiam com os que defendiam exatamente o inverso. Mas, reflitam que, todo esse debate estava nas páginas dos periódicos, será que todas as mães trabalhadoras tinham acesso aos jornais? Eram alfabetizadas? Poderiam acompanhar os debates? Ou ainda, escolher qual a melhor forma de amamentar seus filhos?.

A questão da amamentação com o leite de animal era complexa, porque nem todos tinham o devido esclarecimento sobre o problema da higiene e suas consequências. Documentos existentes no Arquivo Histórico Municipal da cidade de São Paulo,

especificamente da Intendência de Polícia e Higiene, apresentaram um Inspetor do Tesouro, denunciando as atividades ilícitas de determinado sujeito que tentava receber uma licença para uma vaca leiteira que não era de sua propriedade.

De modo que, o Serviço Sanitário demonstrava as devidas preocupações com as doenças decorrentes com o leite contaminado. No periódico *Correio Paulistano* (20/11/1903, p.4) contém a notícia sobre o parecer das comissões de Higiene, Justiça e Finanças tratando do serviço de fiscalização de vacas leiteiras, a partir da discussão do Projeto n. 7 apresentado pelo vereador Antonio Prado, que seria convertido em lei. As vacas leiteiras deveriam ser vacinadas e fiscalizadas pelo inspetor sanitário municipal. Mas, ao mesmo tempo, temos esse indivíduo que pretendia trabalhar como vendedor de leite, que podia, nesse momento, não ter muita informação sobre as doenças que decorriam da ingestão do leite contaminado para as crianças. Este indivíduo estava preocupado com seu próprio sustento, tentava encontrar uma forma de burlar a burocracia e conseguir ganhar algum dinheiro com a venda do leite, de modo ilícito.

Além deste sujeito, existiram outras manifestações contrárias a vacinação das vacas e seus respectivos registros. Matos (2009) citou o movimento das mulheres proprietárias de vacas leiteiras, que eram em sua maioria imigrantes portuguesas e italianas, que também reagiram contra à obrigatoriedade do registro das vacas. Protestavam contra o registro das vacas que deveria ser pago para a prefeitura municipal. Na verdade, não podemos afirmar que todos esses manifestantes lutando contra a obrigatoriedade dos registros soubessem dos males do leite contaminado para as crianças e outras pessoas com saúde mais frágil. Talvez, essas pessoas nunca imaginassem que a ingestão do leite, com ou sem fervura, pudesse incorrer em desarranjo tamanho a ponto de uma pessoa falecer.

Existia um movimento para higienizar a cidade e torná-la, mais moderna, o progresso solicitava a ordem e a limpeza das vias centrais, calçamento, praças públicas. Essa ação envolvia o registro dos animais – vacas leiteiras, cavalos - e sua circulação pela área central da cidade, os carros de boi foram proibidos de circular nas ruas recém pavimentadas, dificultando a entrega de mercadorias. A cidade acompanhava o ritmo das outras metrópoles do mundo. Por esse motivo foi instaurada uma comissão para inspecionar os cortiços, foram produzidos relatórios e mapas para descrever a localização dos cortiços, nomes de seus proprietários, condições de cada cubículo, quais as melhorias necessárias, número total de moradores, quantidade de menores de idade, algumas vezes com nomes de seus inquilinos e suas nacionalidades. Mimesse (2020) indicou que os problemas encontrados, eram relacionados à higiene, as prescrições a serem cumpridas pelos proprietários, estavam relacionadas a criação de janelas, conserto de escadas e redução no excesso de moradores.

A população excessiva de moradores em cada cômodo de um cortiço e, as crianças que ali viviam em conjunto, poderiam frequentar escolas ou trabalhar em atividades nos arredores, sem ficarem confinadas nesses espaços mínimos dos cortiços. Um cômodo do cortiço para dois adultos de modo higiênico deveria ter o tamanho de 14 m³, ou para três adultos 27 m³. O que ocorria realmente é que abrigavam um número maior de pessoas, como citou Mimesse (2020, p.86)

As condições de vida nos cortiços e os altos índices na taxa de mortalidade infantil

apenas fortaleceram a medicina higienista, conforme Barbieri e Couto (2012). A pediatria como especialidade foi conquistando espaço nas discussões médicas, ao mesmo tempo em que os debates sobre o uso das amas de leite externas foram criticados. Surgiu um novo tema nos debates e retomou a amamentação natural e o papel da mãe como necessário e fundamental. Neste contexto, ressaltou-se o amor materno, a procriação, a amamentação.

Ao mesmo tempo, na cidade paulistana existiram tipos variados de asilos para abrigarem crianças abandonadas, delinquentes, expostas ou órfãs. Como o número de crianças estrangeiras era grande, existiram inclusive, as instituições que se dispunham a atenderem apenas determinadas etnias, mas acabavam por aceitarem crianças de todas as nacionalidades, pelo grande número de órfãs na cidade, como descrito em Prado (2020). O quadro abaixo lista as instituições assistenciais e profissionais que existiram no século XIX comandadas pelo governo, por benfeitores e por ordens religiosas.

Ano	Nome	Sexo	Tipo	Origem
1825	Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia	Masc./Fem.	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1825/ 1868	Seminário de Educandos de Sant'Anna	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1825	Seminário de Educandas da Glória	Fem.	Profissional	Governo de São Paulo
1869/ 1880	Instituto de Educandos Artífices	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1873	Lyceu de Artes e Ofícios	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1875	Instituto Dona Anna Rosa	Masc.	Profissional	Privado
1885	Lyceu Sagrado Coração de Jesus	Masc.	Profissional	Salesianos
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Fem.	Assistencial	Cúria Metropolitana
1892	Orphanato de Santa Anna	Fem.	Assistencial	Privado
1892	Colégio Dona Carolina Tamandaré	Fem.	Profissional	Privado
1892	Abrigo Santa Maria	Masc./Fem.	Assistencial	Privado
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masc.	Assistencial	Vicentinos
1895	Orphanato Christovam Colombo	Masc./Fem.	Assistencial Profissional	Scalabrinianos
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Fem.	Assistencial Profissional	Salesianos
1896	Asylo Sampaio Vianna	Masc./Fem.	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1897	Asylo do Bom Pastor	Fem.	Assistencial	<i>Soeurs du Bon Pasteur</i>
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Fem.	Assistencial	Divina Providência

Nos anos iniciais do século XX existiu a iniciativa da professora normalista Anália Emília Franco, que criou várias escolas maternais e *crèches* gratuitas na cidade de São Paulo e no interior do estado. As instituições fundadas por esta profissional atendiam crianças entre dois e cinco anos de idade, também criou com outras professoras a *Associação Feminina Beneficente e Instructiva* em 1901. E, no ano de 1903 já existiam várias *crèches* em funcionamento, como relataram as notícias dos periódicos consultados.

O *Asylo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia* recebia e cuidava das crianças deixadas na *Roda dos Expostos* até atingirem os sete anos de idade, depois dessa idade as crianças eram encaminhadas para outras instituições. Vários asilos e orfanatos foram criados na cidade nesta época, exatamente pelo alto número de crianças e jovens abandonados nas ruas, sem família. Como a que foi noticiada pelo *Correio Paulistano* (20/12/1906, p. 2) “No corredor da casa n. 7 da rua da Mooca, de residência de Francesco Lombardo abandonaram hontem, á noite uma criança recém-nascida, do sexo masculino. [...] Lombardo pediu permissão á autoridade para ficar com a criança e educal-a como filha”. As notícias dos periódicos da capital se misturavam aos pedidos de doações e evocavam a caridade do povo paulistano. É interessante notar que, nesta época, as crianças eram consideradas órfãs quando não tinham um dos genitores. Se, por algum motivo, um dos pais falecesse, a criança era considerada órfã e poderia ser internada em um asilo ou orfanato.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates na imprensa sobre as *crèches*, versam sobre as melhores formas de amamentar-se uma criança pequena, a manutenção ou não de uma ama externa ou interna a partir de opiniões de diferentes médicos, professores, juristas e outros. Mas, como podemos provar que as mães trabalhadoras acompanhavam essas discussões.

Se formos levar em conta o discurso de Prestes de que “qualquer velha bondosa” poderia cuidar das crianças enquanto suas mães trabalhassem, recaímos em outra questão, a do aleitamento artificial com uso de mamadeira repleta de leite de vaca fervido misturado com água. O aleitamento artificial também gerava alto índice de mortalidade, na verdade o problema estava nas vacas sem vacinação e no leite sem fervura servido nas mamadeiras. Então, realmente não seria um problema que “qualquer senhora bondosa” cuidasse das crianças, mas como essa “senhora bondosa” alimentaria as crianças e se ela era alfabetizada para acompanhar os debates nos jornais.

As discussões sobre o fim no uso de amas externas e a retomada das mães no trato com os filhos foi um grande alento para os pequenos, filhos de famílias ricas e pobres, por estarem sujeitos a amas externas ou internas de diferentes formas. Apesar de todo debate na imprensa e das altas taxas de mortalidade, as crianças pequenas conseguiram frequentar as poucas *crèches* que existiram na cidade no final do século XIX. Com o passar dos anos e com o número maior de mulheres trabalhadoras, novos estabelecimentos foram

sendo abertos no século XX.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Carolina L. A.; COUTO, Marcia T. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. **Cadernos de História da Ciência**, v. 8, n. 1, p. 61-73, 2012.

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza T.; CROCI, Federico, FRANZINA, Emílio. (org.s) **História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010, p. 23 - 48.

CAROLI, Dorena. O nascimento e a difusão das creches na Itália (1850 – 1890). In: MIMESSE, Eliane. (org.) **Bambini Piccoli: a infância das crianças italianas e italo-brasileiras**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020, p. 21 – 54.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: andiamo in'Merica**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CRUZ, Heloisa de F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

FRANÇA, Jean M. C. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**. Antologia de textos, 1591-1808. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: UNESP, 2012.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. et al. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

MATOS, Maria Izilda S. de. Além-mar: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo. Revista Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, São Paulo, n. 2, 2009. Disponível em: www.pucsp.br/revistacordisp.6n Acesso em 09 março 2021.

MIMESSE, Eliane. Resquícios cotidianos da meninice na cidade paulistana: sobreviver, labutar, estudar e divertir-se. In: MIMESSE, Eliane. (org.) **Bambini Piccoli: a infância das crianças italianas e italo-brasileiras**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020, p. 77 – 122.

MOTA, Andre. **Tropeços da Medicina Bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MOURA, Carlos E. M. de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações**. São Paulo: Ateliê Editorial: UNESP: IMESP, 1998.

PEREIRA, Robson M. **Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

PRADO, Eliane M. Instituições assistenciais e profissionais na cidade de São Paulo no século XIX, **Sapiens**, Carangola/MG, v. 2, n. 1, p. 124- 139, jan./jun. 2020.

CORREIO PAULISTANO: orgam republicano.17/02/1902, p.2; 10/02/1902, p. 2; 20/11/1903, p.4; 20/12/1906, p. 2.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 18/10/1895, p. 1.

O ESTADO DE S. PAULO, 09/01/1897, p. 1; 08/04/1904, p. 4.

SÃO PAULO. **Intendência de Polícia e Higiene**, Arquivo Histórico Municipal, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1907.

SÃO PAULO. **Anuario de Ensino do Estado de São Paulo**. *Publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado*. São Paulo: Typ. A. Siqueira & C., 1907 a 1909.

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Atena
Editora

Ano 2021

DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021